

## PERCEPÇÃO AMBIENTAL: PAISAGENS E VALORES



OLAM – Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil – eISSN: 1982-7784 – está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

Solange T. de Lima Guimarães [1]

### **SOBRE A PERCEPÇÃO AMBIENTAL**

A respeito do recente histórico dos trabalhos sobre percepção ambiental, os quais constituem o ponto de partida de muitos estudos de interpretação e valoração subjetiva e objetiva da paisagem, temos durante os anos setenta, um crescimento significativo de trabalhos, explorando a temática *meio ambiente* através de múltiplas abordagens quali-quantitativas, relacionadas aos parâmetros e conceitos de percepção da qualidade ambiental e qualidade de vida, tendo como marco a publicação em 1973, em Paris, pela UNESCO, do *Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality/Final Report, MAB Report Series/UNESCO*.

Nesse relatório, são analisados aspectos voltados à interpretação do próprio conceito de percepção ambiental, e também à significância dos estudos sobre percepção da qualidade ambiental como forma de reconhecimento e compreensão objetiva e subjetiva das relações entre homem e biosfera, para a gestão do meio ambiente. Ainda são abrangidas as proposições de diretrizes metodológicas e abordagens adequadas, visando à incorporação das dimensões sociais, políticas e econômicas, assim como o direcionamento dos estudos a determinadas áreas e situações específicas, consideradas prioritárias, resultando na seleção dos domínios:

1. percepção de paisagens que são tipicamente paisagens criadas pelo homem e têm importância histórica, estética e ecológica;
2. percepção de riscos e calamidades inerentes ao ambiente, naturais ou antrópicas;
3. percepção dos parques nacionais;
4. percepção ambiental de áreas ecológicas isoladas ou periféricas;
5. percepção da qualidade dos ambientes urbanos;
6. análise dos modelos sistêmicos que possibilitam um planejamento e avaliação globais do meio ambiente. (ONU, 1973)

A partir do estabelecimento desses seis domínios, também foi idealizada a formação de subgrupos de pesquisa, integrados por especialistas de áreas afins, representando vários países, além do grupo permanente de trabalhos, tendo como objetivos a discussão de pesquisas teóricas e aplicadas, de procedimentos metodológicos, estudos de casos, e desenvolvimento de projetos que atendessem a situações nacionais particulares. No *Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality*, o meio ambiente é considerado como um sistema multi-dimensional de complexas inter-relações em contínua transformação (ONU, 1973, p. 11), sendo o conceito de *percepção ambiental* entendido como:

is meant the ways in which man senses and understands the environment (natural and man-made), specially as influenced by social and cultural factors. This involves a consideration of the level of knowledge and its organization, the values that are placed upon environment, man's preferences, and the way in which choices are exercised and conflicts resolved. (ONU, 1973, p.09).

Prosseguindo na trilha dos estudos *sobre a percepção ambiental*, o Projeto MAB, publicava, no ano de 1977, o documento *La perception de l' environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain, Notes Techniques du MAB 5*, de autoria de Anne V. Whyte. Esse documento viria a se constituir uma das principais referências para o desenvolvimento e avanço dos estudos de percepção ambiental, reafirmando a compreensão da interdependência entre o homem e a biosfera, ao considerar que toda decisão e toda ação humana, individual ou grupal, sobre o ambiente se encontram fundamentadas não somente nos elementos objetivos, mas também nos subjetivos, sendo tal constatação a base da pesquisa da percepção ambiental. A autora apresenta o conceito de percepção

ambiental, como “l'expression ‘perception de l'environnement’ signifie la prise de conscience et la compréhension par l'homme de l'environnement au sens large”. (WHYTE, 1977, p.18).

Ainda no quadro dos conceitos referenciais apresentados em seu relatório, a autora considera que:

L'environnement est constitué à la fois d'un milieu physique et d'un milieu social, mais, dans le cadre de cette Note Technique, l'accent sera mis sur la perception des constituants physiques et tangibles de la biosphère, sans oublier les oeuvres de l'homme lui-même. L'un des objectifs importants des recherches basées sur la perception de l'environnement consiste à obtenir une compréhension systématique et scientifique du point de vue obtenu à partir de l'intérieur, en vue de compléter l'approche scientifique traditionnelle, abordée de l'extérieur. Le point de vue de l'intérieur peut être celui d'un individu quelconque, d'une collectivité locale, ou même d'une population rurale dans son ensemble. (WHYTE, 1977, p. 13)

Whyte (1977) também tece uma avaliação das orientações de várias pesquisas inter e multidisciplinares sobre a temática, desenvolvidas pelos comitês que integravam na época, o Projeto *Man and Biosphere* (MAB), promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), analisando a larga gama de procedimentos metodológicos utilizados, as escalas de abrangência, a convergência de interesses, avaliando as contribuições de diferentes áreas tradicionais do conhecimento científico, buscando, também, a validação das diretrizes seguidas no próprio contexto do Projeto MAB e cujo resultado é referente às suas diferenciadas abordagens durante a década de 1970:

*Estudos abordados:* percepção da estética arquitetônica; percepção da arquitetura urbana; percepção visual; percepção dos riscos ambientais.

*Em vias de abordagem:* percepção de vias e rotas de circulação; percepção da estética de paisagens; percepção de vizinhança; percepção sonora; percepção sensorial das populações urbanas.

*Estudos não abordados:* percepção de outros países; preferências em matéria de ambientes; percepção da qualidade ambiental; percepção comparada de diferentes culturas; percepção de espaços

abertos; tipos de personalidades e ambientes. (WHYTE, 1977, p.19)

A difusão dessas diretrizes para os estudos de percepção visava, fundamentalmente, estimular e promover a integração de pesquisas interdisciplinares, através do intercâmbio de informações geográficas e culturais entre os pesquisadores, apresentando uma seleção de diversos procedimentos metodológicos que deveriam ser adequados e adaptados aos estudos e pesquisas sobre os domínios elegidos como prioritários, mencionados no *MAB – Expert Panel on Project 13*. Desde então, temos acompanhado o desenvolvimento crescente de trabalhos teóricos, e aplicados em diferentes áreas do conhecimento, destacando-se um aumento relevante nas décadas de oitenta e noventa do século XX, e nesta primeira década do século XXI. De modo geral, estes trabalhos enfocam temas como: qualidade ambiental, preferências paisagísticas, percepção em áreas urbanas e rurais, riscos e impactos ambientais, percepção e educação ambiental, qualidades estéticas, conforto ambiental e tantas mais.

Avaliando os trabalhos na atualidade, podemos observar que num período de aproximadamente trinta e seis anos, o campo de estudos ampliou-se, principalmente, ao considerarmos a emergência das novas situações decorrentes da crise ambiental, que exigiram diálogos interdisciplinares, aprofundando algumas das abordagens já existentes, através do aperfeiçoamento dos procedimentos técnicos, destacando outras, em especial, aquelas relacionadas aos ambientes urbanos.

Já no Brasil, os trabalhos sobre percepção ambiental no campo da Geografia foram introduzidos durante o início da década de 1980, pela Profa. Dra. Livia de Oliveira, do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro, disseminando-se por várias regiões do país, resultando na produção de diversos trabalhos acadêmicos.

No caso específico da interpretação e valoração de paisagens naturais, construídas e ecléticas, temos um avanço significativo a partir do início da década

de 1980, estimulado pelos estudos inter e multidisciplinares na área das Ciências Ambientais, especialmente no campo da Ecologia de Paisagens, influenciados pela visão sistêmica.

Nos anos de 1990, mediante a influência da visão ecológica e seus valores, verificamos a necessidade de repensar algumas das concepções teóricas e diretrizes metodológicas sobre a percepção, interpretação e valoração das experiências ambientais, buscando novos rumos e acompanhando a evolução de novas linhas de pensamento no campo da física, da cognição, da consciência, da espiritualidade, propiciando relações dialógicas transdisciplinares, fundamentadas em novos paradigmas.

Entretanto, observamos também que no desenvolvimento e na evolução desses estudos permaneceram as três abordagens mencionadas por Whyte (1973), respectivas aos procedimentos metodológicos principais e seus diferentes conjuntos de técnicas específicas – a observação, a escuta e a interrogação. Desta forma, pudemos inferir que a permanência deste tripé se justifica, em razão do próprio cerne destes estudos: a complexidade do ser humano e a busca de uma compreensão mais profunda das experiências e ligações entre este e seu meio ambiente – olhares, diálogos e vivências. Lugares emergindo de paisagens exteriores e interiorizadas por toda uma existência, *capturadas* a partir de um olhar, de toques e sons... Concretudes e sensibilidades de ambientes e ambiências, culturas e sociedades, relações de alteridades e reciprocidades.

Assim, adentramos o século XXI, trazendo as marcas causadas pela fragilidade dos limites de nossos conhecimentos diante de imposições e desafios cotidianos no âmbito da conservação ambiental, que reclamam períodos mais ou menos largos de adaptação e ajustamentos aos novos processos, ao refletirem as conseqüências de nossa própria crise axiológica. A partir das visões e dos valores fundados em concepções mecanicistas e fragmentárias, atingimos um novo grau de compreensão a partir da observação de sistemas de redes de fenômenos

interconectados e interdependentes, relacionados às diversas percepções das realidades ambientais vivenciadas por diferentes grupos humanos, de acordo com suas características culturais e tradições espirituais.

Mediante esse cenário, temos, ainda, que considerar uma nova concepção de percepção – a *percepção ecológica*, fundamentada nos princípios da Ecologia Profunda, preconizados por Arne Naess, durante a década de 1970 e, conseqüentemente, seguida por uma mudança nas formas de pensar e valorar o mundo, resgatando o sentido da integração, da ética e do equilíbrio (CAPRA, 2000, p. 25-28), entre outras transformações vislumbradas, lembrando as implicações do fato de que

o vínculo entre uma percepção ecológica do mundo e o comportamento correspondente não é uma conexão lógica, mas psicológica. A lógica não nos persuade de que deveríamos viver respeitando certas formas, uma vez que somos parte integral da teia da vida. No entanto, se temos a percepção, ou a experiência, ecológica profunda de sermos parte da teia da vida, então *estaremos* (em oposição a *deveríamos estar*) inclinados a cuidar de toda a natureza viva. (CAPRA, 2000, p. 29).

No decorrer desta primeira década do novo século, nossas concepções sobre a percepção, interpretação e valoração da paisagem não devem permanecer restritas, imutáveis e estáticas, e sim acompanhar o movimento de evolução e avaliações em consonância com as transformações exigidas no presente, tendo como perspectivas a gênese das várias experiências ambientais objetivas e subjetivas, envolvendo direta ou indiretamente, a pluralidade das culturas, a globalização das relações sócio-econômicas, os recentes questionamentos sobre a consciência e a cognição humana, a multiplicidade dos processos de coexistir e conviver na face da Terra, em interações complexas, imbricadas e simultâneas.

Se assim não for, corremos o risco de cair em análises e inferências subjetivistas ou estagnadas, ao rejeitarmos outras visões *a priori*, reduzindo processos analíticos de forma a comprometer a própria pesquisa científica e a veracidade dos resultados concernentes às distintas realidades ambientais. Tendo

como perspectiva a visualização de possíveis cenários negativos relacionados aos processos de conscientização pró-ambiental, apenas nos restará a lendária indagação: “*Quo vadis?*”, pois implicará atitudes de fuga pertinentes à nossa própria responsabilidade e compromisso ético e moral, diante de emergências contextuais da conservação, preservação e sustentabilidade de recursos do meio ambiente e segurança das populações humanas.

Em se tratando dos estudos de interpretação e valoração ambiental, entendemos a *paisagem* como “a percepção plurisensorial de um sistema ecológico”, de acordo com Díaz Piñeda et al. (1973), concepção fundamentada na visão geossistêmica, sendo a paisagem um ambiente potencial e efetivo de ensino-aprendizagem dirigida e incidental, no sentido de sensibilizar e motivar novas experiências e novos padrões de condutas pró-ambientais. Essa compreensão da paisagem visa atender aos estudos ambientais e de educação ecológica, direcionados à avaliação de mudanças atitudinais e condutuais em relação ao meio ambiente, de modo a proporcionar uma análise perceptiva e interpretativa das relações entre os elementos componentes dos dois níveis perceptivos e interpretativos – o fenossistema e o criptossistema –, enfocando a variabilidade e a diversidade cultural e ecológica que permeiam estes níveis analíticos.

## **CONVERSANDO SOBRE PAISAGENS E VALORES...**

As paisagens constituem centros de diferentes significados, resultantes das formas como as valoramos. Então, de acordo com nossos códigos avaliadores podem ser interpretadas através de seus símbolos visíveis, não-visíveis e sensíveis, pois como um símbolo em si próprio, a paisagem, envolvendo aqui as dimensões naturais, culturais e ecléticas, revela o curso da evolução do planeta e das transformações da história da humanidade. É por isso que nos permite perscrutar e desvendar os valores significativos do passado e do presente, bem como vislumbrar as expectativas relacionadas a prováveis situações futuras.

Para Meinig (1979, p. 03), as paisagens *não são* sinônimo de meio ambiente. Elas são, na verdade, menos inclusivas, porém, mais percebidas em seus níveis de detalhamentos (relação com o *vivido*), tendo em vista que compreendem os nossos lugares, em suas características de visibilidades, fragilidades, ambigüidades, contradições, definindo-se através do nosso campo visual e sendo interpretadas por nossas mentes. Sob a perspectiva do autor, o meio ambiente envolve as paisagens, e elas são parte da dimensão ambiental.

As formas de interpretar e avaliar as paisagens, desde os modos egocêntrico e etnocêntrico da organização de seus espaços, levam à manifestação de complexas atitudes e condutas derivadas das formas de sentirmo-nos imersos, de sermos partes em perfeita conexão e interação com a totalidade de nossas paisagens individuais e coletivas, tanto em relação aos dimensionamentos referentes à *paisagem total* ou à *paisagem percebida*, e, por extensão, encontrando sentido e valor *no e para* o meio ambiente.

E se a paisagem é um símbolo, é ainda um receptáculo de significados que têm sua gênese em profundas e imbricadas experiências através da dimensão temporal. Neste sentido, a paisagem também é centro de referências inter-relacionadas aos valores estabelecidos pelas diversas sociedades e suas distintas culturas. Isto significa que a paisagem não reflete uma unicidade, uma homogeneidade de valores intrínsecos ou extrínsecos, apresentem estes ou não características de permanência ou efemeridade, principalmente no que tange às interpretações relacionadas a contextos específicos. Nesse caso, temos, então, diante de nós, projeções axiológicas nas formas de construirmos ou utilizarmos as paisagens, estabelecendo-se sob olhares êmicos e éticos, campos de conflitos visíveis ou (semi)velados.

Assim, a realidade ambiental de uma paisagem abriga diferentes contextos pertinentes às dimensões do concreto e do imaginário, dos aspectos míticos e pragmáticos, evidenciando a variação e a complexidade da trama das percepções,

interpretações e valores, sendo esta tanto portadora de sentido como geradora de significados, em termos das possibilidades de trocas de significações a cada nova experiência com o entorno. Relph (1979, p.16), ao discorrer sobre as bases fenomenológicas dos estudos sobre *paisagem, espaço e lugar*, considera que, de todas as experiências humanas com a paisagem, “talvez a do inscape seja a mais importante para nós, por ser ela que dá profundidade e significado às paisagens, e que nos liga a elas, por reforçar nossa individualidade”. Cabe, aqui, lembrar que essa *individualidade* pode ser pessoal ou expandir-se, simultaneamente, na individualidade relativa a um dado grupo ou uma comunidade.

Sob um olhar fenomenológico, a paisagem não apresenta dicotomias, separações entre seus elementos componentes, embora eles passem a representar uma fusão, numa transformação, a exemplo de uma metáfora alquímica, “de formas, significados e valores que se modificam com o movimento da vida, ou seja, o próprio tempo”. (Prof. Dr. Antonio Sérgio Bueno, 1989, correspondência da autora).

A experiência *de* e *com* a paisagem também é uma travessia por entre trilhas de afetividade que não apenas nos permitem adentrar as suas diferentes dimensões ambientais – *geosfera, biosfera, tecnosfera e psicosfera* – mas também medeiam a universalidade de símbolos e valores através da condição de cada ser humano, submetida à filtragem da nossa cognição e percepção. Sob certos aspectos, podemos dizer que a percepção, a interpretação e a valoração de uma paisagem representam “uma questão de olhos e coração, isto é, campo de visão e campo de afeição”, de olhar no sentido de *ver* enquanto *um ato de conhecer* seus espaços e lugares, seu meio ambiente, consideradas as funções sociais e simbólicas de uma mesma realidade ambiental. (FERREIRA, 1990, p. 74-75). Considerando as perspectivas fenomenológicas, podemos pensar na paisagem como um centro de expansões e retrações de nossos pensamentos e sentimentos, respectivamente, redefinindo, em processos constantes, a qualificação e a valoração das realidades ambientais, a partir da própria percepção e interpretação da paisagem.

A paisagem percebida, interpretada e valorada como um centro de significâncias relacionadas às expansões e retrações, “inevitavelmente nos seduz, e seducere, no latim, é desviar do caminho...” (Prof. Dr. Antonio Sérgio Bueno, 1989, correspondência da autora). Ao seduzir-nos, propicia a geração e a confluência de novas formas de resignificação, e, portanto, de valorarmos objetiva e subjetivamente seus aspectos e legados, elementos componentes do meio ambiente e, especificamente, seus níveis, multiplicidades e dimensionamentos estruturais, imagéticos, espaciais e temporais, consideradas as mudanças culturais, pois “não há experiência ambiental que não seja, em algum sentido e em algum grau, uma experiência de paisagem”. (RELPH, 1979, p. 13).

Ao se revestir dos significados da experiência de *mundo vivido*, a paisagem apresenta a simultaneidade das divergências e dos conflitos valorativos resultantes da complexidade das situações que envolvem as crises axiológicas e, neste sentido, Regis de Moraes afirma que “em nenhum tempo se vive sem valores. Vive-se com valores desencontrados e problemáticos ou com valores bem fundamentados e construtivos, mas sem eles não se vive.” (MORAIS, 2002a, p. 71).

Analisando o significado dos valores como referências essenciais para vivermos em sociedade, Kluckhohn (1951) salienta que o elemento fundamental para os sistemas culturais é, justamente, a coerência entre seus componentes, visando a um equilíbrio harmônico dos modos de vida aprovados socialmente como forma de evitar situações anárquicas. Para o autor, a transmissão dos valores em uma dada cultura se faz através dos agentes sociais, durante todo o período de nossa existência.

De acordo com Rokeach (1973), um valor envolve componentes cognitivos em sua própria conceituação, ressaltando aspectos afetivos e comportamentais, pois implica níveis de conhecimento dos meios e fins, pertinentes ao sujeito e tidos como desejáveis, aceitáveis. Isso se dá, principalmente quando, em situações de confronto, observamos a geração de conflitos axiológicos individuais e coletivos,

direcionando atitudes e condutas, gerando processos relacionados à cognição e à afetividade, além dos conativos (ações intencionais). Para o autor, a efemeridade ou a permanência de um valor encontra-se em íntima ligação com a sua priorização no contexto do sistema sócio-cultural vigente.

Rokeach (1973) distingue, fundamentalmente, duas categorias de valores: (1) morais – de domínio interpessoal e associado aos aspectos condutuais (se o indivíduo se comporta ou não em concordância com a conduta valorizada e estabelecida pela sociedade); (2) de competência – de domínio pessoal, mas envolvendo também modos de conduta, a exemplo dos chamados comportamentos lógicos e inteligentes. Deste modo, “valor é tudo aquilo que possui a qualidade de preencher uma real necessidade humana. Aliás, necessidades são sempre reais; podem ser artificialmente criadas, mas, uma vez criadas, são reais.” (MORAIS, 1992, p. 86), e complementando, “é o que é reconhecido pelos sujeitos humanos como enriquecedor da vida, aquilo que produz algo objetivamente orientador da vida e realizador do homem”, ainda segundo Morais (2002a, p. 74).

Assim, estabelecemos nossos valores estruturais, setoriais e subjetivos, sendo estes últimos convergentes ou divergentes das normas sociais estabelecidas, gerando sanções legais ou morais àqueles que ousam transgredi-los, dando causa a incongruências e a contradições e levando à formação das comunidades de conflitos. Deste modo, para a análise valorativa da relação ser humano/meio ambiente, podemos dizer que a paisagem ou seus elementos constituintes impressionam o ser humano, e este passa a valorá-la tanto nos aspectos estruturais, setoriais como subjetivos, em razão do acompanhamento das mutações dos ciclos da vida, das idéias e mentalidades de suas épocas, de seus agrupamentos sociais específicos e concepções de modo de vida, de suas experiências de integração e interação única e individual com o meio ambiente.

De acordo com Morais (1992), os seres humanos vêm apresentando, sob diversificados contextos, diferentes graus de distorções e deficiências perceptivas

em relação às normas e aos valores sociais, expressando-se mediante uma “estreiteza” de visões e concepções, as quais restringem e impregnam nossas ações, atitudes, condutas. São responsáveis, também, pelas respostas às necessidades dos processos de adaptação e ajustamentos concernentes às diversas realidades ambientais vivenciadas e até mesmo enfrentadas, mesmo em se considerando os equívocos e as distorções perceptivas e valorativas por parte da sociedade ou de alguns de seus segmentos.

E nestes tempos atuais, não só presenciamos como testemunhas perplexas, mas também vivenciamos e sofremos os efeitos adversos das várias crises axiológicas, direta e indiretamente, objetiva e subjetivamente. Morais (2002b, p. 76), na tessitura de suas reflexões de ordem filosófica e sociológica sobre os diferentes cenários das crises de valores ao longo da História e principalmente sobre aquelas que hoje atravessamos, enfatiza: “não que a época atual seja destituída de valores, mas sim que os múltiplos valores que a mobilizam apresentam contradições, desatualizações, condicionamentos negativos, instabilidades ou mesmo conflitos”.

Para o autor, vivenciamos uma crise universal “*feita de muitas crises*”: “*na compreensão que o homem tem de si mesmo – fundamentada na falta de consciência de si mesmo e do sentido da relação homem-mundo, essencialmente espiritual; (...) nos projetos de vida dos povos – destacando-se a valorização do ter mais em prejuízo do ser mais; na comunhão do ser humano com o seu mundo – risco da própria sobrevivência da espécie humana e de outras espécies de vida diante das agressões ao meio ambiente; crise nas instituições humanas – desvio dos autênticos objetivos que nasceram das reais necessidades humanas*”. (MORAIS, 2002b, p. 16-22, grifo nosso). Regis de Morais (2002b) compara a vida social e as crises axiológicas, em especial aquelas do século XIX (século dos materialismos), e que perduraram, de certa forma, até o presente, através dos seus efeitos, desafios, ideologias, sombras e conseqüências sociais, econômicas, políticas, psicológicas, fundamentadas em um humanismo egocêntrico, individualista e competitivo às imagens de um caleidoscópio – “vida caleidoscópica” – “porque

vivida com inaceitável volubilidade de princípios valorativos”. (MORAIS, 2002a, p. 73).

As crises de valores que temos atravessado, acrescentadas às atuais políticas e relações internacionais de globalização e desenvolvimento sustentável, criam novas organizações, estruturas e funções paisagísticas em que as relações de dependência se tornam cada vez mais intrincadas e antagônicas, tendo em vista a emergência e a intersecção de paisagens de conflitos e exclusões simultâneas, visto que as questões ecológicas e sócio-econômicas se mesclam num encadeamento de contínuas reações integradas. Observamos paisagens em uma mesma paisagem, pluralidade de construções tangíveis ou não em uma mesma realidade ambiental experienciada e valorada sob diversos contextos de normas e estruturas sócio-econômicas internas e externas, geradoras de sistemas coordenados de redes multidimensionais que desconhecem fronteiras político-geográficas. Então, a ocorrência de causas e efeitos (e muitos, extremamente adversos) impossíveis de serem contidos ou restritos, delimitados a determinadas áreas, alimentam processos de desestabilização, degradação, escassez, inversão de valores, interferindo e influenciando em várias dimensões ambientais.

Desta forma, a paisagem, em seus aspectos estáticos ou dinâmicos, como um bem ou recurso ambiental natural ou cultural, um dos elementos componentes do meio ambiente, experienciada em seu conjunto, ou mediante alguns dos seus elementos e recursos componentes, pode ser valorada tanto sob o ponto de vista dos valores materiais, pragmáticos, quanto éticos, morais, existenciais, estéticos. Sob este prisma, os diferentes contextos paisagísticos, em mútuas relações de dependência, encontram-se submetidos às diretrizes e estratégias das políticas ambientais, integradas ou não àquelas de outros setores do desenvolvimento econômico e da segurança nacional e internacional, por exemplo.

Ao considerarmos a paisagem em suas funções de abrigo da biodiversidade, da manutenção de processos de fluxo de energia e matéria nos geossistemas, de

bem-estar para os seres humanos pela sua simples existência, entre uma pluralidade de outros aspectos, analisamos algumas das possibilidades de valoração do meio ambiente, mais especificamente correlacionadas aos recursos ambientais, proposta por Archibugi et al. (1989, p. 5-6), e passível, também, de ser aplicada à valoração da paisagem, em conformidade com os vários tipos de interesses que possam emergir diante dos possíveis contextos de usos, funções e proteção da paisagem natural ou construída:

**Valor de uso** – quando o valor de uma paisagem leva à geração de benefícios no presente e no futuro;

**Valor do afastamento de risco** - quando os usuários potenciais não têm certeza de que irão alguma vez utilizar determinada paisagem; entretanto, não desejam que a possibilidade e a oportunidade de fruir desta paisagem no futuro, seja perdida, ou esgotada;

**Valor de quase-opção** – se os usuários potencialmente falando, têm interesse em utilizar um determinado bem ambiental, (em nosso caso, uma paisagem), mas estão dispostos a abandonar um desenvolvimento irreversível, visando à preservação de opções futuras associadas a esse mesmo bem ambiental;

**Valor moral ou existencial** – se os não-usuários consideram de grande valia o fato de que a escassez relativa a determinados bens ambientais seja motivo para preservá-los intactos;

**Valor de uso virtual** – não-usuários desejam a manutenção de um dado bem ambiental (público) intacto, tendo em vista que outros também possam a vir usufruir;

**Valor de herança** – não-usuários adotam sob sua responsabilidade moral (altruística), a proteção e a manutenção de certo bem ambiental para as futuras gerações.

Tendo em vista essas classificações relacionadas aos bens ambientais e em nosso caso, à paisagem, podemos ainda citar Norton (1997, p. 253-254), que também analisa algumas das situações em que o meio ambiente é valorado como mercadoria e como conveniência, além do valor moral. Para o autor, além das questões levantadas e pertinentes diretamente aos processos de valoração em si, temos que considerar os problemas decorrentes da irreversibilidade de opções em

muitos dos casos, da tomada de decisões no presente, sob condições incertas e o risco do desconhecimento, de todas as variáveis envolvidas e inter-relacionadas nos diversos casos. Deste modo, Norton (1997), também tece considerações a respeito dos diferentes tipos de valores:

**Valor de mercadoria** – quando um bem ambiental pode ser transformado em um produto passível de ser comprado ou vendido no mercado, envolvendo assim valor direto e indireto de mercadoria;

**Valor de conveniência (ou de comodidade)** – se o fato de o bem existir, contribui para a melhoria de nossa vida de algum modo não-material;

**Valor moral** – para o autor aqui se iniciam muitas controvérsias, pois para alguns filósofos o meio ambiente tem valor moral por si próprio, não dependendo do uso que se faça dele, mesmo que este valor dependa de nós;

**Valor de opção** – valor atribuído aos elementos ambientais que não têm seu valor conhecido em dado momento, ou seja, o valor que deveríamos atribuir na possibilidade de que uma futura descoberta ou uso venha a torná-lo útil no futuro.

Em termos dessas classificações, lembramos que os valores podem ser excludentes, isolados e, concorrentes, havendo ainda o registro das variações temporais, respectivas aos processos de valoração, uma vez que cada época manifesta suas próprias escolhas de desenvolvimento econômico e político. Todavia, ao ser valorada, a paisagem, considerados seus mais variados aspectos naturais, construídos, mistos ou ecléticos, passa a se constituir um bem ambiental, um recurso ambiental que integra o patrimônio de uma região, de um país, ou até mesmo do Planeta, como no exemplo específico dos patrimônios da Humanidade

Ehrenfeld (1997, p. 271), ao questionar os valores como parte intrínseca da biodiversidade, afirma que, para ela, “o valor **existe**”, e em sua reflexão, nos faz atentar para os problemas de ordem prática verificados na valoração do meio ambiente, pois segundo o autor, “não é possível calcular o verdadeiro valor econômico de qualquer parte da diversidade biológica, muito menos o valor da diversidade quando agregada”. Ao lidarmos com grandes sistemas abertos, o poder

de decisão sobre os valores presentes e futuros praticamente são inviabilizados diante de certos fatos reconhecidos pela sua relevância e significância:

Por exemplo, nós podemos calcular, mais ou menos, o valor da perda da receita em termos de dias perdidos dos pescadores quando os rios das trutas estiverem destruídos pelos ácidos das drenagens das minas. Mas que tipo de valor atribuir à perda da comunidade, quando toda uma geração de crianças não puder mais desfrutar do rio em seu ambiente como um prazer ou não puder mais desfrutar de suas casas como um lugar onde se goste de ficar, mesmo depois que seja possível partir? (EHRENFELD, 1997, p. 272)

Em seu questionamento, Ehrenfeld (1997) destaca, principalmente, os valores de herança, morais ou existenciais, atribuídos ao meio ambiente, em especial ao contexto da paisagem, tanto em relação a um dos seus elementos componentes – no caso o rio – enfatizando fatos correlacionados à degradação causada pela poluição ambiental, quanto à sua unidade paisagística, destacando sua dimensão no sentido de *espaço vivido*, e, portanto, revestido de aspectos simbólicos, impregnado de valores e significados éticos e morais concernentes às histórias de vida individuais ou coletivas, cuja valoração é incomensurável. O autor, diante da realidade desses cenários de relações de custo-benefício ambiental, ainda tece uma crítica sobre as formas e as tentativas de designarmos “valor àquilo que não nos pertence e cujo propósito não podemos entender, exceto em suas maiores superficialidades”, considerando que estas atitudes são “(...) o cúmulo da insensatez presunçosa”. (EHRENFELD, 1997, p. 274).

E, seguindo o rumo das reflexões sobre as diferentes linhas seguidas pelas abordagens econômicas no processo de valoração ambiental, Randall (1997, p. 276), destaca, basicamente, dois pontos para sua análise da questão ética, fundamentados o primeiro na base do indivíduo e o segundo, na sociedade, sendo que, para ele, a “estrutura ética construída sobre essa base é utilitária, antropocêntrica e instrumentalista”. Temos, então, o estabelecimento dos conflitos de natureza interpessoal, intergrupar, de acesso aos recursos ambientais, seja pela escassez dos estoques, seja pelas condições sócio-econômicas e políticas, entre

compensações referentes aos valores de ganho (*willing to pay*, WTP) e aos valores de perda (*willing to accept*, WTA), às disparidades entre os valores econômicos e comerciais, e à previsão dos possíveis cenários futuros pertinentes às mudanças decorrentes dessas conjunturas.

Para Randall (1997, p. 277-278), o valor econômico total deveria abarcar vários componentes derivados dos seguintes valores:

**de uso atual:** fontes de matérias-primas, senso estético, de aventura, motivações educacionais, científicas, etc.;

**das expectativas de uso futuro:** riscos da extinção ou do esgotamento de estoques e reservas; assimetrias no que tange à preservação do bem para outros usos potenciais no futuro em contraposição à conservação do mesmo e a possibilidade efetiva de uso no presente;

**existencial ou de vida:** sendo que esta “deve emergir independente de qualquer outro tipo de uso, mesmo de uma utilização vicária.”, e, (...) Se algumas pessoas conseguem satisfação somente por saberem que em algum ecossistema particular existe em condições relativamente intocadas, o valor resultante de sua existência é tão real como qualquer outro valor econômico”.

Diante desses enfoques dos múltiplos valores atribuídos ao meio ambiente, observamos que, nos processos concernentes à gestão e ao planejamento ambiental, é de grande relevância o conhecimento de como a paisagem como um *bem*, um *recurso* ambiental é interpretada e valorada. Ao considerarmos as paisagens naturais e construídas como um sistema de relações complexas, o papel da atividade antrópica é uma das variáveis mais significantes e ativas, não justificando o desenvolvimento de estudos de partes isoladas, pois temos constantes dinâmicas interativas e multifuncionais, conferindo fortemente a identidade das unidades e matrizes paisagísticas, bem como a identificação das relações que mantêm seus elementos bióticos e abióticos para a compreensão do funcionamento de suas estruturas. (NAVEH, 1993; 1995).

Assim, podemos ainda afirmar que os processos de valoração ambiental, e, principalmente das paisagens, refletem comportamentos humanos fundamentados nas sensações e sentimentos que marcam concretamente a ordenação territorial de uma região, determinados pela interação de fatores naturais e humanos. Temos então, configurações particulares de natureza física, biológica e antropogênica, dotando de identidades próprias, únicas, singulares as paisagens. O valor de relevância cênica de uma paisagem como um bem ambiental proporciona benefícios diretos e indiretos, tangíveis e intangíveis, a exemplo dos psicológicos, estéticos e de bem-estar, contribuindo para imprimir nos diferentes conjuntos paisagísticos, um conjunto de emoções e sentimentos que também conferem uma valoração de intensos significados pessoais e coletivos, definindo marcos históricos ao envolver uma dada sociedade, uma época e suas formas institucionais e organizacionais.

Sob a expansão dessas perspectivas, consideramos aqui o valor da paisagem como conceito integrador de outros sistemas ambientais, cabendo à proteção e tutela das paisagens, um papel como o fator fundamental da conservação e preservação da biodiversidade, da pluralidade cultural, dos ecossistemas em relação à heterogeneidade de estruturas, funções, dinâmicas e flutuações que asseguram a estabilidade e a salvaguarda do patrimônio natural e construído. (ECNC, 1997). Nesse contexto, todas as paisagens têm valores aditados, abarcando em sua totalidade, a implicação de seus aspectos perceptivos, ecológicos, culturais e econômicos, visto os inúmeros casos de paisagens, permanecendo através dos tempos e exemplificando uma gestão ambiental equilibrada, racional, sustentada. Para tais aspectos, devemos ter em conta seus aspectos de produção, como os complexos agro-silvo-pastoris; da qualidade cênica como um legado propiciador de atividades sócio-econômicas que exploram os valores psicológicos e físicos, restauradores dos processos psico-biológicos, e também da fruição dos valores estéticos e afetivos, considerando-se tanto a paisagem visual ou percebida, como também a paisagem total, sintética ou ecológica. (MOPT, 1992).

Também em relação à paisagem, estamos frente a processos contínuos de

valoração, resultados e reflexos de cada experiência ambiental que propicia uma renovação de nossas percepções e interpretações a respeito das múltiplas realidades ambientais envolvidas no conjunto paisagístico, mesmo que ainda sejam restritas ao campo visual de cada pessoa. A partir de nossos referenciais cognitivos e perceptivos, temos a possibilidade de vislumbrar novos signos, significados e sentidos de uma paisagem, ou ainda, de renová-los a partir da eleição de outros componentes geossimbólicos que passam a constituir-se repositórios de nossos mais caros e essenciais valores individuais ou coletivos.

No caso específico da paisagem e de seus elementos componentes de modo individual ou conjuntamente, podemos associar a ela vários tipos de valores, dependendo dos objetivos e das formas de perceber seus atributos, sob a dimensão dos seus lugares sagrados e seculares.

Através de exemplos ligados aos elementos concretos e simbólicos componentes da paisagem, podemos refletir sobre os aspectos relacionados à relação dialética entre *valor* e *valoração* ao longo dos tempos e no seio de diferentes tradições culturais, das rupturas e intercadências causadas pelos processos históricos de dominação e submissão sócio-cultural e materializada nas formas de construção e organização das paisagens, bem como o relacionar-se com o meio ambiente, e da eleição de valores mais permanentes ou efêmeros, porém, sempre mutáveis. Sob este prisma, “o processo de valoração é mais importante do que os valores, pois é ele que os cria e os renova. (...) objetivando uma comunicação plena entre sujeitos.” (MORAIS, 1992, p.45).

## **FINALIZANDO...**

No campo da gestão ambiental, a proteção da paisagem natural, construída e eclética envolve, essencialmente, um inter-relacionamento entre os seres humanos e seu meio ambiente, fundamentado em aspectos concernentes às

experiências/vivências ambientais, às atitudes, condutas e valorações relativas aos dimensionamentos objetivos e subjetivos, tangíveis ou não, porém intrínsecos e extrínsecos à dinâmica do modo de vida de diferentes populações, bem como de suas culturas específicas.

A variedade das diferentes formas culturais referentes à cognição, percepção, interpretação e valoração ambiental, à construção do significado de lugar e do enraizar-se, bem como das distintas relações identitárias, de pertinências e alteridades vêm sendo objeto de crescentes repercussões na gestão ambiental participativa, diante de inquietantes mudanças e transformações no meio ambiente, cujos aspectos se encontram em permanente evolução, sendo transformados a todo instante sob vários gradientes de extensão, intensidade, magnitude e duração.

Por isso que as formas de vivenciar e de compreender os signos e significados interjacentes em uma paisagem tornam essa mesma paisagem tão diferente para uma pessoa e outra, individual ou coletivamente. Elas revelam leituras de códigos simbólicos situados entre as fronteiras de natureza objetiva e subjetiva, tangíveis e intangíveis, tênues, sutis ou fortemente demarcados, observados através da análise da percepção, interpretação e valoração do meio ambiente, numa significativa inter-relação de elementos naturais e culturais, bem como de atitudes e condutas ativo-reflexivas.

Da análise dos diferentes níveis interpretativos e valorativos concernentes às paisagens sob uma perspectiva de uso conservacionista racional, emergem aspectos que revelam acentuados níveis de fragilidades, contradições. Isso fica evidente, ao considerarmos os diversos motivos abarcados na associação das imagens das realidades ambientais pelos vários segmentos de classes sócio-econômicas, grupos culturais e institucionais envolvidos nas ações necessárias para a implantação e implementação dos programas e projetos de utilização e salvaguarda do patrimônio desses recursos paisagísticos: diferentes motivações, respostas antagônicas, paisagens em risco, valores em choques...

A realidade ambiental encontrada em áreas correlacionadas a muitos programas e projetos destinados ao desenvolvimento integrado nas mais variadas escalas político-administrativas, em especial, no caso de áreas que apresentam a relevância da estética cênica da paisagem como principal valor, agregando atributos diferenciados, e que abrigam em suas áreas comunidades tradicionais ou neotradicionais, é uma síntese das realidades percebidas e interpretadas pelos diversos segmentos de população interessados, apresentando campos de visão, de significação e de ação muitas vezes divorciados, refletindo dissonâncias e divergências relativas à valoração ambiental.

Por sua vez, se analisarmos os graus das discordâncias e divergências focais em relação ao de concordâncias existentes, percebemos que, muitas vezes, acabam colocando em sério risco a proteção da própria integridade e valor dos seus recursos paisagísticos naturais e culturais, bem como dos laços de identidades entre as comunidades e seu espaço vivido, onde estes mesmos recursos são encontrados. Sob este olhar, temos o envolvimento de inter-relações pertinentes à dinâmica e manutenção dos processos e meios de adaptação às transformações naturais e antropogênicas que venham a ocorrer, comprometendo as relações de custo e valor da utilização do recurso paisagístico como mercadoria e de todo o processo de valoração ambiental objetivo e subjetivo a médio e longo prazos – geralmente de maneira intensa e acelerada no que concerne à ocorrência principalmente dos impactos ambientais negativos – em detrimento dos outros conjuntos de valores abarcados.

Em tais contextos, as paisagens se encontram sujeitas a muitas transformações que acabam refletidas diretamente em sua qualidade visual, ou seja, em seus valores cênicos e na experiência humana referente às preferências paisagísticas, considerada a heterogeneidade, o dimensionamento e os gradientes de interação entre os fatores presentes, a memória, os níveis de bem-estar.

Nos últimos anos, temos verificado uma intensa e acelerada evolução e

difusão de muitas práticas de exploração/utilização das paisagens naturais e construídas, realizadas sem nenhum critério técnico ou controle efetivo exercido por instituição ou órgão competente em nosso país. Por essas razões, presenciamos gravíssimos problemas ambientais referentes à conservação e à preservação do patrimônio paisagístico diante de cenários expostos a riscos e impactados negativamente, exibindo uma trilha de negligências, perdas e danos ambientais expressivos que geram desafios para todos os segmentos das comunidades envolvidas no que diz respeito à gestão, tutela e manutenção, à salvaguarda de sua integridade, como legado de valor inestimável.

Também devemos lembrar a significativa importância dos estudos sobre a paisagem para subsidiar programas e projetos que priorizem atividades de sensibilização e conscientização ambiental, educação ecológica, propiciando a reintegração psíquica do ser humano com seu entorno. As atividades educativas destinadas a segmentos distintos da sociedade, deveriam abranger desde a geração de um clima de motivação receptiva às informações de caráter conservacionista ou preservacionista, relacionadas à proteção e tutela dos seus recursos paisagísticos, dependendo do caso em questão, assim como proporcionar a compreensão e estimular a busca por uma qualidade de vida melhor vinculada estreitamente ao bem-estar e à qualidade ambiental.

Ressaltamos, também, a necessidade de desenvolvermos programas e projetos de sensibilização e educação ecológica, utilizando estratégias e procedimentos metodológicos a partir da compreensão dos níveis cognitivos, perceptivos, interpretativos relacionados à experiência *com* e *na* paisagem e a conseqüente atribuição de valores. É necessário e emergencial que as populações percebam e redescubram o valor e o sentido, assim como dos riscos e perigos que ameaçam as paisagens onde vivem, pois são cenários de suas próprias histórias de vida, não se tratando de simples cenários de banalidades cotidianas.

Sob essa ótica, a paisagem ao ser evidenciada em seus atributos como um

bem ambiental, é redescoberta e revelada, mediante a renovação das percepções e da interpretação a cada novo experienciar, sendo interiorizada pela emoção e identificação, o que torna mais fácil a assimilação de atitudes e condutas conservacionistas diante de medidas educativas relacionadas à proteção ambiental. Desse modo, a paisagem se reveste de uma nova dimensão valorativa abrangendo a compreensão de um conceito integrador de outros sistemas ambientais, como ainda da condição de integração do indivíduo em se reconhecer como “*ser parte*” e não como “*ter parte*” nesta mesma paisagem.

A percepção, interpretação e valorização dos atributos e imagens ambientais que reforçam a visibilidade, a significância e a qualidade cênica e experiencial respectivas às paisagens, cooperam também na construção do sentido de lugar, do espaço vivido, pois constituem fácies integrantes da vivência ambiental das comunidades e dos distintos segmentos de populações envolvidas, refletidas em múltiplos horizontes experienciais: conhecimento, sensações, sentimentos, emoções, memórias, informações, funções, utilizações, significados e valores. Ao adentrarmos estes verdadeiros portais desvendados pelas experiências e vivências ambientais, nossos níveis cognitivos e emocionais são ampliados e aprofundados, sendo igualmente estreitados os vínculos de intimidade e familiaridade relativos às paisagens. Através da renovação das escalas de valorações derivadas destas experiências, temos diferentes graus de influência incidindo sobre nossas percepções, interpretações e representações, com reflexos nas transformações e mudanças de nossos padrões comportamentais.

Nesse contexto, as preferências e motivações paisagísticas decorrentes da valoração do meio ambiente envolvem, antes de tudo, elementos pertinentes à experiência ambiental inata ou cultural, de familiaridade ou não, de enraizamento e pertinência, assim como outras questões ligadas ao sentido da construção e desconstrução do lugar, de códigos exclusivos à funcionalidade, até aqueles que, ao adentrarem através de profundos signos e significados, resguardam em si universos simbólicos, dimensões não-visíveis, não-tangenciadas, porém, sensíveis, nos quais,

mais uma vez, a percepção e a interpretação geradas pela experiência ambiental são encontradas em interações, provocando novas hierarquias vinculadas à proteção e valoração da paisagem (LIMA 1996; GUIMARÃES, 2001; 2003; 2005a; 2007).

A interpretação dos múltiplos dimensionamentos das realidades ambientais, das singularidades e da importância do patrimônio paisagístico considerado como um sistema de inter-relações ecológicas, em que a atividade do ser humano é um dos aspectos mais ativos e visíveis, deve contribuir, essencialmente, para a compreensão das transformações da paisagem como patrimônio de um povo, de um país. Enquanto patrimônio paisagístico deve ser legado às gerações futuras, em concordância com os documentos originários de convenções e tratados internacionais, pois um horizonte de possibilidades, oportunidades e potencialidades individuais e coletivas é desvendado através da valorização de aspectos paisagísticos regionais ou locais, expressando efetivamente atitudes e comprometimentos relacionados à salvaguarda da paisagem.

Finalizando, a atribuição de valores e significados – intrínsecos e extrínsecos, exógenos e endógenos; simbólicos e seculares; individuais e coletivos; positivos e negativos; biofílicos, hidrofílicos, topofílicos e topofóbicos, – às paisagens propicia uma renovação contínua da experiência ambiental humana através do conhecimento, sentimento e ressignificação desenvolvidos em relação ao meio ambiente, manifestando uma ligação íntima entre seus aspectos formais (indicadores) e àqueles de conteúdos (interpretados). Deste modo, podemos observar que os valores influenciam nos modos de interagirmos com nosso entorno, reforçando ou rompendo os laços com a paisagem visível e sensível, porém, sempre influenciando nossas escolhas e preferências paisagísticas, a qualidade de nossas experiências ambientais, condicionando aspectos intimamente ligados a atitudes conservacionistas e preservacionistas, tanto em seus aspectos qualitativos como quantitativos, induzindo-nos ou não, de forma intencional, a mudanças no sentido das condutas pró-ecológicas e que resultarão na proteção das paisagens da Terra.

## REFERÊNCIAS

ARCHIBUGI, F. et al. The challenge of sustainable development. In: ARCHIBUGI, F.; NIJKAMP, P. (Org.) **Economy and ecology: towards sustainable development**. The Netherlands: Kluwer Academic, 1989. p. 1-13.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2000.

DÍAZ PIÑEDA, F.; GARCIA NOVO, F.; GONZALEZ BERNÁLDEZ, F. et al. Terrestrial ecosystem adjacent to large reservoirs. Ecological survey and impact diagnosis. International Commission on Large Dams, **XI Congress**. Centro de Estudios Hidrográficos: Madrid, 1973.

ECNC PROJECT. **Monograph on european landscapes: classification, evaluation and conservation**. The Netherlands: European Centre for Nature Conservation, 1997.

EHRENFELD, D. Por que atribuir um valor à biodiversidade? In: WILSON, E. O. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 269-274.

FERREIRA, S. T. de L. **A percepção geográfica da paisagem dos gerais no 'Grande Sertão: Veredas'**. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 1990.

GUIMARÃES, S.T.L. **Paisagens: aprendizados mediante experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem**. 2007. Tese (livre-docência) 2007. – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2007.

GUIMARÃES, S.T.L. Planejamento e proteção dos recursos paisagísticos: aspectos relacionados à cognição, percepção e interpretação da paisagem. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 5, n. 1, maio p. 202-219, 2005.

GUIMARÃES, S. T. L. Paisagens e ciganos: uma reflexão sobre paisagens de medo, topofilia e topofobia, In: ALMEIDA, M. G.; RATTIS, A. J. P, **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 49-69.

GUIMARÃES, S. T. L. Percepción ambiental: un camino para conocer y reconstruir el paisaje vivido, In: WAISMAN, L.; SHOCRON, M. **EducarNos: nuevas propuestas para la educación y la convivencia**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2001. p.184-190.

KLUCKHOHN, C. Values and value-orientation in the theory of action: an exploration in definition and classification. In: PARSONS, T.; SHILS, E. (Ed.). **Toward a general theory of action**. Cambridge: Harvard University, 1951. p. 388-433.

LIMA, S. T. **Paisagens & Ciganos**. 1996. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 1997.

MEINING, D. W. (Ed.). **The interpretation of ordinary landscapes: geographical essay's**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

MOPT. **Guía para la elaboración de estudios del medio físico. Contenidos y metodología**. Madrid: Ministerio de Obras Públicas y Transportes, 1992.

MORAIS, R. de. **Espiritualidade e educação**. Campinas: Centro Espírita Allan Kardec/Depto. Editorial, 2002a.

MORAIS, R. de. **Evolução humana e fatos históricos**. Capivari: EME, 2002b.

MORAIS, R. de. **Estudos de filosofia da cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

NAVEH, Z.; Interactions of landscapes and cultures, **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v. 32, n. 1, p. 43-54,1995.

NAVEH, Z.; Red Books for threatened Mediterranean landscapes as an innovative tool for holistic landscape conservation. Introduction to the western Crete Red Book case study, **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v. 24, n. 1-4, p. 241-247, 1993.

NORTON, B. Mercadoria, comodidade e moralidade: os limites da quantificação na avaliação da biodiversidade, In: WILSON, E. O. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 253-260.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. **Expert panel on project 13: perception of environmental quality**. Final Report. Programme on Man and the Biosphere (MAB). Paris: UNESCO, 1973.

RANDALL, A. O que os economistas tradicionais têm a dizer sobre o valor da biodiversidade, In: WILSON, E. O. **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 275-283.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia, **Geografia**, Rio Claro, v.7, p.01-25, 1979.

ROKEACH, M. **The nature of human values**. New York: Free Press, 1973.

WHYTE, A. V T. **La perception de l' environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain: notes techniques du MAB 5**. Paris: UNESCO, 1977.

---

## Nota

Este texto foi extraído de capítulos da tese de livre-docência, defendida em dezembro de 2007, no Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, campus de Rio Claro (SP).

---

## RESUMO

Este estudo de interpretação e valoração de paisagens é uma contribuição na área da Geografia para as pesquisas teóricas e aplicadas sobre percepção e educação ambiental. Estes estudos visam contribuir para processos de sensibilização e conscientização ambiental a partir da visão ecológica, induzindo a mudanças atitudinais no sentido do desenvolvimento de condutas pró-ambientais mais conscienciosas, bem como subsidiar programas e projetos direcionados à conservação e valoração da paisagem natural e cultural.

**Palavras-chave:** Paisagem. Percepção Ambiental. Interpretação Ambiental. Valoração de Paisagem. Experiência Ambiental. Educação Ecológica.

## ABSTRACT

This study of landscapes interpretation and valuation is a contribution to the area of Geography for theoretical and applied research about environmental perception and environmental education. Those studies aimed a contribution for sensibilization and environmental conscientization process from the ecologic view, persuading attitude changes to develop a more conscientiously pro-environmental behavior and to subsidize programs and projects designed to conservation and valuation of the natural and cultural landscape.

**Key words:** Landscape. Environmental Perception. Environmental Interpretation. Landscape Valuation. Environmental Experience. Ecology Education..

---

## Informações sobre a autora:

[1] Solange T. de Lima Guimarães – <http://lattes.cnpq.br/66350581362183033>  
Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia [Organização do Espaço, IGCE-UNESP, Rio Claro/SP]; Livre docente em Interpretação e Valoração de Paisagens. Docente do Depto. de Geografia – IGCE/UNESP, nos cursos de Pós graduação em Geografia, níveis mestrado e doutorado. Coordenadora do Laboratório de Interpretação e Valoração Ambiental do Depto. de Geografia. Editora das revistas OLAM e CLIMEP.  
Contato: [hadra@uol.com.br](mailto:hadra@uol.com.br)